



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA DAS SESSÕES

Ofício nº 6405/2021-GP

Brasília-DF, 03 de Agosto de 2021.

Senhora Defensora Pública Geral,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para comunicar que este Tribunal proferiu a Decisão nº 2832/2021, na Sessão Ordinária nº 5264, realizada em 28/07/2021, quando apreciou o Processo nº 00600-00005060/2021-83-e, de relato do(a) CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS.

Por conseguinte, informo que a referida decisão, bem como o(s) documento(s) porventura nela indicado(s) e outros relacionados ao mencionado processo, quando disponíveis para consulta, poderão ser acessados a partir de 04/08/2021, por meio do endereço eletrônico <https://etcdf.tc.df.gov.br?a=consultaETCDF&f=formPrincipal&nrproc=5060&anoproc=2021>.

Informo, ainda, que as futuras tramitações dos autos em exame poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush (www.tc.df.gov.br - Espaço do Cidadão - Acompanhamento por e-mail).

Atenciosamente,

Paulo Tadeu Vale Da Silva
Presidente

À Excelentíssima Senhora
MARIA JOSÉ SILVA SOUZA NÁPOLIS
Defensora Pública Geral - DPDF
SIA Trecho 17 Rua 07 Lote 45 Zona Industrial (Guará)
Brasília-DF CEP:71200219

maria.oliveira



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

Sessão Ordinária Nº 5264, de 28/07/2021

TCDF/Secretaria das Sessões
Folha:.....
Processo:
00600-00005060/2021-83-e
Rubrica:.....

PROCESSO Nº 00600-00005060/2021-83-e

RELATOR : CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS


EMENTA : Representação nº 10/2021-G4P/ML, do Ministério Público junto ao Tribunal, acerca de possível prejuízo ao erário decorrente da falta de adoção das medidas necessárias, por órgãos da Administração Pública Distrital, frente às alterações promovidas pela Medida Provisória nº 932/20, que reduziu, excepcionalmente, as alíquotas de contribuição aos serviços sociais autônomos, no período de 01.04.2020 a 30.06.2020.


DECISÃO Nº 2832/2021

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - conhecer da Representação nº 10/2021-G4P/ML, da lavra do Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA (e-doc 9AC0CB66-e e anexos constantes do e-doc 9F908C78-e), em razão do preenchimento dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 230, § 2º, do Regimento Interno do TCDF; II - dar ciência desta decisão ao representante do *Parquet* especializado, signatário da exordial; III - conceder à Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF, à Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF, à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEE/DF e à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal - SEEC/DF o prazo de 30 (trinta) dias para que, nos termos do art. 230, § 7º, do Regimento Interno desta Corte, apresentem os esclarecimentos pertinentes quanto ao teor da representação; IV - autorizar: a) o encaminhamento de cópia da Representação nº 10/2021-G4P/ML (e-docs 9AC0CB66-e e 9F908C78-e), da Informação nº 61/2021- Digem1 (e-doc 94FE353F-e), do relatório/voto do Relator e desta decisão às jurisdições indicadas no inciso III, com vistas a subsidiar o atendimento da diligência; b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade, para os devidos fins.

Presidiu a sessão o Presidente em exercício, Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCDF, Procurador-Geral em exercício DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE. Ausentes o Presidente, Conselheiro PAULO TADEU, o Conselheiro RENATO RAINHA e a Conselheira ANILCÉIA MACHADO.

SALA DAS SESSÕES, 28 de Julho de 2021


João Batista Pereira De Souza
Secretário das Sessões


Inácio Magalhães Filho
Presidente em exercício



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Defensoria Pública-Geral

Despacho - DPDF/DPG

Brasília-DF, 09 de agosto de 2021.

Considerando o Ofício nº 6405/2021-GP (67212695) e a decisão (67418719), ambos do TCDF, encaminho o presente processo à Assessoria Jurídica, para ciência e providências.

Rodrigo de Bragança Doin

Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO DE BRAGANÇA DOIN - Matr.0184412-1, Chefe de Gabinete**, em 09/08/2021, às 14:34, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **67503713** código CRC= **3D1B539B**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SIA Trecho 17, Rua 7, Lote 45, 3º Andar, Sala 301 - Bairro Zona Industrial Guará - CEP 71200-219 - DF

2196-4300

00600-00007184/2021-01

Doc. SEI/GDF 67503713



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS
DO DISTRITO FEDERAL**

Representação nº 10/2021-G4P/ML

O **Ministério Público de Contas**, no exercício de seu mister, com fulcro no art. 85 da Lei Orgânica do Distrito Federal – LODEF, nos arts. 1º, XIV, e 76 da Lei Complementar nº 1/1994 e nos arts. 54, I, e 230, § 1º, IV, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal¹, vem oferecer a seguinte

REPRESENTAÇÃO

para que o Plenário determine a apuração dos fatos a seguir descritos.

ML4

¹ Resolução nº 296, de 15 de setembro de 2016.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

I – DOS FATOS

O Presidente da República, no uso da atribuição a ele conferida pelo art. 62 da Constituição Federal, adotou, em **31/3/2020**, a **Medida Provisória nº 932/2020**, com vistas a reduzir, até **30/6/2020**, as **alíquotas** das contribuições devidas aos serviços **sociais autônomos**.

A par da inovação legislativa trazida pela Medida Provisória mencionada, que **passou a vigorar a contar de 1º/4/2020**, consoante o art. 3º do citado ato normativo, o **Parquet** de Contas, mediante expedientes emitidos em **15/4/2020**, solicitou, com fundamento no art. 76 da LC distrital nº 1/1994 e no art. 7º, cumulado com o art. 11, da Lei federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), o envio de informações relacionadas às **medidas adotadas, ou a serem adotadas, por Órgão da Administração Pública distrital para apuração dos valores efetivamente devidos às prestadoras de serviço no período de vigência da Medida Provisória, de modo a evitar locupletamento sem causa das contratadas e consequente prejuízo ao Erário Distrital**.

No referido intento, o **Parquet** de Contas encaminhou questionamentos à **Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social** (Ofício nº 194/2020 – MPC/PG²), à **Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania** (Ofício nº 195/2020 – MPC/PG³), à **Secretaria de Estado de Esporte e Lazer** (Ofício nº 196/2020 – MPC/PG⁴), à **Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal** (Ofício nº 197/2020 – MPC/PG⁵), ao **Instituto de Defesa do Consumidor do Distrito Federal – Procon-DF** (Ofício nº 198/2020 – MPC/PG⁶), à **Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF** (Ofício nº 199/2020 – MPC/PG⁷) e à **Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF** (Ofício nº 200/2020 – MPC/PG⁸).

A seguir, passa-se à exposição das manifestações remetidas ao MPC/DF, por ordem cronológica, com ênfase nas informações tidas por mais relevantes. Apesar disso, não é despendendo aduzir que o inteiro teor dos expedientes emanados dos Órgãos e Entidades distritais e os seus respectivos anexos podem ser consultados no sistema processual do TCDF, com utilização dos documentos eletrônicos referenciados.

Dito isso, registro que, reportando-se ao Ofício nº 199/2020 – MPC/PG, a **Defensoria Pública do Distrito Federal** expediu o Ofício nº 169/2020 – DPDF/DPG⁹, datado de 23/4/2020, dando conta da **inexistência de contratos de prestação de serviços de natureza continuada que**

² e-DOC F28C28A5

³ e-DOC 4591E9A1

⁴ e-DOC 625CA73E

⁵ e-DOC D541663A

⁶ e-DOC 0C672537

⁷ e-DOC 670CE020

⁸ e-DOC 6DAC6E1C

⁹ e-DOC BA84786F



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

requeressem a utilização de mão de obra dedicada na Instituição. Desta feita, a DPDF discorreu não vislumbrar a necessidade de realização de ajustes contratuais, em decorrência da promulgação da Medida Provisória nº 932/2020.

A declaração, no entanto, aparentemente conflita com dados concernentes aos ajustes do órgão em execução no período de vigência da MPV. Nesse viés, destaco o Contrato nº 042/2019, no importe de R\$ 749.973,49, entabulado em **9/12/2019** entre a DPDF e a UNIC Solutions – Comércio Importação e Serviços de Informática Ltda. – ME, em decorrência do Pregão Eletrônico SRP nº 009/2019 – DPDF.

O objeto da avença consiste na contratação de serviços técnicos especializados na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para planejamento, organização, desenvolvimento, implantação e **execução continuada de atividades de atendimento, suporte técnico remoto e presencial a usuários de soluções de TIC**, bem como suporte especializado para sustentação de todo ambiente de TIC da Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF, com **vigência de 12 meses**, a contar da data de sua assinatura.

O **Anexo III** do Edital trouxe modelo de **Planilha de Custos e Formação de Preços**, do qual destaco quadro alusivo aos encargos trabalhistas¹⁰:

TRABALHISTAS			
Grupo "A"			
1	INSS		
2	SESI ou SESC		
3	SENAI ou SENAC		
4	INCRA		
5	Salário Educação		
6	FGTS		
7	Seguro Acidente do Trabalho-SAT		
8	SEBRAE		
Total do Grupo "A"			

Fonte: Comprasnet

A estrutura apontada foi observada na **proposta da licitante vencedora**, a UNIC Solutions – Comércio Importação e Serviços de Informática Ltda. – ME, conforme exemplos colacionados a seguir¹¹:

SUPORTE TÉCNICO REMOTO – NÍVEL 1

¹⁰ Disponível em: http://comprasnet.gov.br/ConsultaLicitacoes/download/download_editais_detalhe.asp?coduasg=926314&modprp=5&numprp=92019. Acesso em: 18/5/2021.

¹¹ Disponível em: <http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/anexosDosItens.asp?uasg=926314&numprp=92019&prgcod=800762>. Acesso em: 18/5/2021.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

QUARTA PROCURADORIA

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e outras contribuições		Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	0,00%	R\$ -
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 31,94
C	RAT AJUSTADO	1,50%	R\$ 19,17
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 19,17
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 12,78
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 7,67
G	INCRA	0,20%	R\$ 2,56
H	FGTS	8,00%	R\$ 102,22
Total Submódulo 2.2		15,30%	R\$ 195,50

Fonte: Comprasnet

SUPORTE TÉCNICO PRESENCIAL – NÍVEL 2

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e outras contribuições		Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	0,00%	R\$ -
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 44,44
C	RAT AJUSTADO	1,50%	R\$ 26,67
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 26,67
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 17,78
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 10,67
G	INCRA	0,20%	R\$ 3,56
H	FGTS	8,00%	R\$ 142,22
Total Submódulo 2.2		15,30%	R\$ 272,00

Fonte: Comprasnet

SUPERVISÃO E SUPORTE

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e outras contribuições		Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	0,00%	R\$ -
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 58,33
C	RAT AJUSTADO	1,50%	R\$ 35,00
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 35,00
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 23,33
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 14,00
G	INCRA	0,20%	R\$ 4,67
H	FGTS	8,00%	R\$ 186,66
Total Submódulo 2.2		15,30%	R\$ 357,00

Fonte: Comprasnet

Como visto os percentuais das contribuições para o SESC ou Sesi e SENAI – SENAC diferem daqueles indicados na MPV nº 932/2020. Dessarte, o caso específico da DPDF demanda apreciação por parte da Corte de Contas, haja vista a possibilidade de prejuízo aos cofres públicos.

Por sua vez, a Câmara Legislativa do Distrito Federal remeteu o Ofício nº 81/2020 – GMD¹², de 5/5/2020, que foi acompanhado de despacho da Diretoria de Administração e Finanças da Casa Legislativa. O Diretor signatário do mencionado despacho informou o envio do Memorando Circular nº 3/2020 – DAF aos executores de contrato da CLDF, **com orientações atinentes aos efeitos da medida adotada pelo Presidente da República** que alterou temporariamente as alíquotas de contribuição aos serviços sociais autônomos.

Tendo em conta o desiderato desta Representação, este Órgão Ministerial julga pertinente destacar a seguir o conteúdo do Memorando Circular nº 3/2020:

¹² e-DOC 90AE9877



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

QUARTA PROCURADORIA

“Senhor(a) Executor (a) de Contrato,
Tendo em vista a entrada em vigor da Medida Provisória nº 932/2020, destinada a reduzir, até 30/06/2020, as alíquotas das contribuições devidas aos serviços sociais autônomos, informamos, por meio do Despacho SEMAT 0105561, as instruções a serem observadas por todos os executores de contratos.

Para tanto, os pedidos de pagamento das faturas, referentes aos serviços com dedicação exclusiva de mão de obra prestados nos meses de abril, maio e junho de 2020, deverão ser enviadas de acordo com as orientações constantes do referido Despacho, as quais destacamos abaixo, in verbis.

a) os percentuais das rubricas destinadas aos serviços sociais autônomos, Sistema ‘S’, deverão ser reduzidos;

b) para a constituição das planilhas de formação de preços de mão de obra dos serviços terceirizados da CLDF, os serviços sociais autônomos que serão impactados pela Medida Provisória são: SESI ou SESC, SENAI ou SENAC;

c) os percentuais a serem considerados para esses serviços são 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) para o SESI ou SESC e 0,5% (cinco décimos por cento) para o SENAI ou SENAC;

d) os serviços do Sistema ‘S’ constam do módulo 4.1 das planilhas de formação de preços de mão de obra dos contratos firmados na vigência da IN nº 02/2008 - SLTI/MPOG e do módulo 2.2 daqueles firmados na vigência da IN 05/2017-SEGES/MPDG, com reflexos em outros módulos e na constituição do BDI (lucros, despesas indiretas/administrativas e tributos).” (Grifos no original).

Dando seguimento à narrativa dos acontecimentos, sublinho que, em virtude da solicitação deste Órgão Ministerial, a SEE/DF apresentou o Ofício nº 411/2020 – SEE/GAB¹³, de 12/5/2020, que foi acompanhado de manifestações dos órgãos técnicos da Pasta no tocante aos contratos possivelmente impactados pela MPV citada nesta peça Ministerial.

No que alude às manifestações das unidades técnicas da Secretaria, destaco que a Gerência de Acompanhamento e Fiscalização da Alimentação Escolar listou os seguintes ajustes:

Contrato	Fornecedor	Objeto	Valor
23/2016	Transfer Logística Eirelli – EPP	Contratação de empresa especializada de serviços de armazenagem, guarda, conservação e movimentação de gêneros alimentícios não perecíveis, nas especificações constantes do Pregão Eletrônico nº 01/2016 – SEDF.	R\$ 15.830.400,00
03/2018	Transfer Logística Eirelli – EPP	Contratação de empresa prestadora de serviço de transporte de gêneros alimentícios não perecíveis para atendimento ao Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal – PAE/DF, consoante específica o Edital de Licitação – Pregão Eletrônico SRP nº 29/2016.	R\$ 3.860.295,08

Fonte: Despacho – SEE/SIAE/DIAE/GAFAD, de 30/4/2020 e Portal da Transparência do Distrito Federal

¹³ e-DOC 4031F14F



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

Vale dizer que a proposta apresentada pela Transfer Logística Eirelli – EPP no Pregão nº 1/2016 – SE/DF¹⁴ confirma a incidência de encargos reduzidos pela Medida Provisória nº 932/2020 no Contrato nº 23/2016. Eis parte do aludido quadro de formação de preços:

	DESCRIÇÃO	%	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
ENCARGOS SOCIAIS - GRUPO A - CUSTOS PREVIDENCIÁRIOS	01 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	20,00%	R\$ 3.065,02	R\$ 47.501,04
	02 - FGTS	8,00%	R\$ 1.586,37	R\$ 19.036,42
	03 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$ 495,74	R\$ 5.948,88
	04 - SEST	1,50%	R\$ 297,44	R\$ 3.569,33
	05 - SENAT	1,00%	R\$ 198,30	R\$ 2.379,55
	06 - INCRA	0,20%	R\$ 39,66	R\$ 475,91
	07 - SEGURO ACIDENTE DE TRABALHO (Variável 1, 2 ou 3% conforme CNAE).	3,00%	R\$ 594,89	R\$ 7.138,66
	08- SEBRAE	0,60%	R\$ 118,98	R\$ 1.427,73
	TOTAL GRUPO A	36,80%	R\$ 7.297,29	R\$ 87.567,51

Fonte: Comprasnet

Ainda no que concerne às considerações dos Órgãos Técnicos da SEE/DF, impende sublinhar Manifestação da Diretoria de Transporte Escolar, com menção a **orientações expedidas pelo Ministério da Economia relacionadas às alternavas para a revisão de contratos**, antes e depois da vigência da MP 932.

Contudo, apesar das informações técnicas indicando a necessidade de adequação em algumas avenças, o que poderia resultar em medidas imediatas da jurisdição para evitar dispêndio indevido de recursos públicos, a Pasta pleiteou ampliação de prazo para levantamento dos dados demandados pelo **Parquet** de Contas.

Antes do recebimento das respostas das outras jurisdições instadas, ainda de modo a colher elementos sobre a atuação dos Órgãos do Distrito Federal frente ao contexto criado pela legislação derivada de ato do Chefe do Executivo Federal, o MPC/DF, em **25/5/2020**, encaminhou o Ofício nº 235/2020 – MPC/PG¹⁵ à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC/DF.

Vale destacar que o **Ministério da Economia**, nesse ínterim, elaborou **orientações aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal acerca dos reflexos da Medida Provisória nº 932/2020** nos contratos em vigor, bem como naqueles a serem firmados entre 1º/4 e 30/6 (período de vigência da MPV)¹⁶.

Visando ao cumprimento da solicitação do **Parquet** de Contas, a Pasta da Economia emitiu o Ofício nº 4052/2020 – SEEC/GAB em 15/6/2020¹⁷. Entre as informações levadas ao

¹⁴

Disponível

em:

<http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/anexosDosItens.asp?uasg=450432&numprp=12016&prgcod=594160>. Acesso em: 19/5/2021.

¹⁵ e-DOC 9515AC54

¹⁶ <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/abril/ministerio-da-economia-orienta-orgaos-sobre-novas-aliquotas-do-sistema-s-em-contratos-administrativos>

¹⁷ e-DOC 3567C3DB



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

conhecimento do MPC/DF, a jurisdicionada sublinhou excertos do posicionamento contido no Despacho SEEC/SUAG/COGEC/DIREC/GERR (41330031), vejamos-se:

“(…)

*Primeiramente, salienta-se que a Medida Provisória nº 932/2020 reduziu as alíquotas de contribuição aos serviços sociais autônomos por um período específico, ou seja, de **01/04/2020 a 30/06/2020**, conforme percentuais determinados no seu art. 1º*

“(…)

Em consulta ao sítio do governo federal, pode-se verificar as orientações do Ministério da Economia sobre quais alternativas podem ser tomadas para a revisão dos contratos, tanto agora, durante o período de validade da MP, quanto após o período de vigência do normativo, conforme segue:

Em relação aos contratos em andamento, o Ministério da Economia recomenda a adequação às novas alíquotas de contribuição aos serviços sociais autônomos, conforme o estabelecido pela Lei nº 8.666/1993. Nesta opção, deve ser realizada a revisão dos contratos.

Outra opção seria fazer a glosa parcial do serviço seguindo o definido na Instrução Normativa nº 5/2017. Assim, durante a vigência da MP, os órgãos e entidades teriam de conferir as faturas verificando os percentuais de Encargos Previdenciários (GPS) e outras contribuições que foram apresentados na proposta pela empresa e os que serão efetivamente por ela executados. Uma última alternativa em relação aos contratos em andamento seria promover os ajustes necessários no momento da repactuação ou renovação contratual.

Nos casos de contratos em vias de encerramento, essa revisão poderia ser realizada no momento da quitação da última parcela. A escolha desta última possibilidade de revisão dos contratos deve ser justificada com base na impossibilidade de efetuar as outras duas opções.

Novos contratos

Já para as contratações realizadas entre 1º de abril e 30 de junho de 2020, o Ministério da Economia recomenda a adequação das planilhas de formação de preços de acordo com as novas alíquotas estabelecidas na MP. Após o fim da vigência, os órgãos poderão rever esses cálculos e celebrar um termo aditivo ao contrato.

Ainda em relação às novas contratações, os fornecedores poderão apresentar suas propostas ao período de vigência da medida provisória. Por exemplo, um contrato firmado em 1º de maio deste ano, poderia ter dois meses contabilizados com as alíquotas reduzidas e os outros dez com elas integrais. Assim, seria possível ter uma média aproximada da realidade do custo da contratação. Mais informações para os gestores e servidores públicos estão disponíveis no Portal de Compras Governamentais.

*Ressalta-se que os Contratos de prestação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, prevêm em suas planilhas de custos e formação de preços os percentuais de 1,50% para SESC ou SESI e 1% para SENAI ou SENAC. Dessa forma, com base nas orientações emitidas pelo Ministério da Economia, **visto que a redução nas alíquotas para o Sistema ‘S’ será somente por 03 meses em caráter provisório, ou seja, não é uma alteração definitiva, recomendamos a glosa parcial do submódulo que consta os percentuais a serem alterados, bem como suas respectivas incidências previstas nas planilhas de custos, no período de vigência da Medida Provisória.***

(…) (grifos acrescentados)” (Grifos no original e acrescentados)



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

Ainda segundo o Ofício nº 4052/2020 – SEEC/GAB, os Órgãos da Administração Direta do Distrito Federal **foram informados sobre o conteúdo das orientações em comento pela Circular nº 76/2020 – SEEC/GAB, de 15/6/2020.**

Ato contínuo, a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal – SECEC/DF, por meio do Ofício nº 780/2020 – SECEC/GAB¹⁸, de 17/6/2020, destacou a realização de **levantamento dos contratos de prestação de serviços continuados vigentes. Além disso, noticiou ter encaminhado cartas para conhecimento e manifestação das prestadoras de serviços, além de solicitação de acompanhamento da demanda aos respectivos executores.**

Consoante indicado no Ofício nº 780/2020 – SECEC/GAB, apenas a AMC Informática Ltda., signatária do Contrato nº 08/2019, com valor de R\$ 788.304,00, respondeu ao questionamento da SECEC/DF.

Destaco parte das ponderações lançadas pelo Coordenador Jurídico da sociedade empresária no expediente encaminhado à Gerência de Elaboração de Parcerias e Contratos da Secretaria em 29/5/2020, as quais indicam resistência à implementação das reduções **determinadas** pela Medida Provisória 932/2020:

*“Diante do exposto e em atendimento a r. Carta, informamos que apesar da redução proposta pela MP, que no nosso caso representou **alteração de 5,8% para 4,55% (-1,25%)**, esse percentual representaria apenas uma insignificante parcela no preço final do valor faturado, posto que esse contrato não contempla mão de obra dedicada e sua participação no preço, e assim não pode ser destacada.*

Há ainda a questão de sazonalidade da medida, que em princípio vigorará apenas por 3 meses.

Ademais, não podemos nos olvidar que os suprimentos e peças de reposição dos equipamentos possuem o seu preço atrelado ao Dólar Norte Americano, ao qual teve manifesta valorização face a moeda nacional, aumentando todos os nossos custos.” (Grifos acrescidos).

Já a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal SEDES/DF noticiou no Ofício nº 428/2020 – SEDES/GAB/SUAG¹⁹, de 9/7/2020, que **não celebrou contratos com o sistema ‘S’ e que não há na Gerência de Compras contratos de prestação de serviços de natureza continuada.**

Outrossim, a SEE/DF, em adendo ao Ofício nº 411/2020 – SEE/GAB, enviou ao MPC/DF o Ofício nº 81/2020 – SEE/GAB/ASTEC²⁰, de 16/9/2020, no qual arrazouou ter emitido orientação ao seu Corpo Técnico quanto à necessidade de observância das orientações contidas na **Circular nº 76/2020 – SEEC/GAB**, por meio da qual, como dito alhures, a Secretaria de Economia

¹⁸ Documento não cadastrado no e-TCDF

¹⁹ Documento não cadastrado no e-TCDF

²⁰ Documento não cadastrado no e-TCDF



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

do Distrito Federal, seguindo entendimento do Ministério da Economia, **recomendou a realização de glosas nos contratados afetados pela MP.**

Levando em conta o narrado pela SEE/DF no Ofício nº 411/2020 – SEE/GAB e no Ofício nº 81/2020-SEE/GAB/ASTEC, indicados anteriormente, este Órgão Ministerial se valeu do Ofício nº 656/2020 – MPC/PG²¹ para, em 15/12/2020, solicitar o encaminhamento de **informações adicionais da SEE/DF quanto à efetiva operacionalização dos abatimentos alusivos à Medida Provisória nº 932/2020.**

Em sentido análogo, o MPC/DF, no Ofício nº 1/20201 – MPC/PG²², de 4/1/2021, ao tempo em que acusou o recebimento do Ofício nº 4.052/2020 – SEEC/GAB, **solicitou** à Secretaria de Economia o encaminhamento de informações adicionais no tocante à efetiva operacionalização dos abatimentos devidos em razão do período de vigência da MP nº 932/2020 pelos órgãos do complexo administrativo do Distrito Federal.

No que alude ao questionamento constante do Ofício nº 1/2021-MPC/PG, a SEEC/DF elaborou o Ofício nº 457/2021 – SEEC/GAB, de 25/1//2021²³, com **pedido de prazo adicional** para levantamento dos dados requeridos pelo MPC/DF. Não obstante, no ofício em comento, o Órgão expôs as seguintes considerações:

*“5. Neste ponto, informo que foram acionadas as Coordenações da Subsecretaria de Gestão de Contratos Corporativos desta Pasta (Despacho SEEC/SEGEA/SUCORP - 54713375), com vistas às Comissões Executoras, para que **apresentem os cálculos dos valores deduzidos ou projetados para dedução**, para fins de aplicação do disposto no artigo 1º da referida Medida, que reduziu em 50% as alíquotas das contribuições relativas às competências referentes a abril, maio e junho de 2020, cujos recolhimentos devem ser feitos nos meses de maio, junho e julho de 2020, respectivamente, devidas ao SESCOOP, SESI, SESC, SEST, SENAC, SENAI, SENAT e SENAR.*

*6. Adiante, em análise preliminar, foram identificados como alcançados pela Medida Provisória nº 932/2020 o **Contrato de Prestação de Serviços nº 14/2018-SEF** (54729621), firmado com a CAST INFORMÁTICA S.A, o **Contrato nº 37/2014-SEF** (54729663), celebrado com a empresa MI MONTREAL INFORMÁTICA S/A, e o **Contrato nº 026/2014** (54729672), celebrado em 29/10/2020 com a empresa MI MONTREAL INFORMÁTICA S/A, segundo os dados do Despacho SEEC/SPLAN/SUTIC (54745763).*

*7. Além disso, ressalto que foi enviada a **Circular n.º 76/2020 - SEEC/GAB** (54713294) às Secretarias de Estado e às Administrações Regionais do Distrito Federal para **conhecimento e providências**, com vistas à devida observância das orientações quanto à aplicação da Medida Provisória nº 932, de 31 de março de 2020, no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal. Dessa forma, aponto que foi anexado aos autos os Ofícios (54713294) que esta Secretaria de Economia recebeu em resposta à referida Circular.” (Grifos acrescidos).*

²¹ e-DOC 2394D50C

²² e-DOC C473F472

²³ e-DOC 13EC14A9



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

Ao seu turno, a SEE/DF, no que diz respeito às indagações contidas no Ofício nº 656/2020-MPC/PG, encaminhou, em 28/1/2021, o Ofício nº 244/2021²⁴, por intermédio do qual trouxe ao conhecimento deste Órgão Ministerial as ponderações transcritas abaixo:

“Ocorre que, ao iniciar os procedimentos necessários aos cálculos dos valores a serem glosados, os setores técnicos desta SEE suscitaram dúvida quanto a forma que seria aplicada a redução das alíquotas, conforme manifestação abaixo:

‘(...)

*Caso seja feita a redução do percentual reformulando a planilha de custos, como ocorre na repactuação, isso acarretará **redução dos módulos subsequentes**, bem como no valor total do posto a ser faturado pelas contratadas. Caso seja feita a redução do percentual considerando um item de forma independente, será apenas feito o cálculo do valor com a redução e feita a subtração com o valor anterior, e **o resultado poderá ser glosado já na fatura de Dezembro de 2020**. Ressalto que desta forma a redução do item não irá repercutir no valor dos módulos subsequentes ou no valor do posto faturado pelas contratadas.*

(...)

*Exposta a fundamentação da redução e demonstradas as formas que temos conhecimento da aplicação da MPV 932/2020, **solicitamos orientação** sobre como aplicar a MPV nos contratos de prestação de serviço terceirizados, para assegurar a redução no valor dos postos no período de Abril a Junho de 2020.*

Assim, até que seja dirimida a dúvida suscitada pelos setores técnicos da Pasta, foram sobrestadas as providências para o cálculo e a implementação das glosas decorrentes da redução das alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos.

*Cumprir informar que, para fins de determinação quanto a forma de cálculo da redução das alíquotas a ser aplicada nos contratos vigentes, foi **autuado o processo eletrônico nº 00080-00225922/2020- 91, submetido aos setores competentes desta Pasta**. Sanada a dúvida, serão retomadas as providências para fins de reposição ao Erário dos valores pagos a maior no período de vigência da Medida Provisória nº 932/2020.” (Grifos acrescidos).*

Em acréscimo ao Ofício nº 475/2021 – SEEC/GAB, a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, depois de ter solicitado dilação de prazo por intermédio do Ofício nº 973/2021 – SEEC/GAB²⁵, ofereceu o Ofício nº 1489/2021 – SEE/GAB²⁶, de 14/3/2021. Do mencionado expediente, destaco o seguinte:

*“4. Ademais, aponto que os **resultados das apurações relativas aos 20 (vinte) contratos** que estavam em vigência no período de abril a junho, do exercício de 2020, foram anexados aos autos, por meio das **Planilhas de Contratos de Vigilância Patrimonial** (57858901), de **Brigadista Civil** (57858917) e de **Limpeza e Conservação Patrimonial** (57858925), consoante as manifestações da Secretaria Executiva de Gestão Administrativa desta Pasta (Memorando Nº 218/2021 - SEEC/SEGEA*

²⁴ e-DOC 381EE9EB

²⁵ e-DOC 5C8C38FE

²⁶ e-DOC 53A2FF3F



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL QUARTA PROCURADORIA

- 57858948 e Despacho SEEC/SEGEA/SUCORP/COSEPA/DICOF - 57858932).

5. Além disso, esclareço que consta nos autos a manifestação dos executores dos contratos, bem como **planilhas de custo com a indicação dos valores a serem glosados**, conforme os documentos (57858958; 57858688; 57858713; 57858969; 57859049 e 57858779).

6. Em tempo, ressalto que foi enviada a **Circular n.º 76/2020 - SEEC/GAB** (57859086) às Secretarias de Estado e às Administrações Regionais, com vistas à devida observância das orientações quanto à aplicação da **Medida Provisória nº 932, de 31 de março de 2020**, no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal.

7. Nesse contexto, registro que os **procedimentos administrativos visando à recuperação dos valores decorrentes da Medida Provisória nº 932/2020 são complexos e demandam tempo e cooperação com outros Órgãos e Empresas**. No mais, friso que esta Secretaria continuará desenvolvendo os trabalhos de revisão dos contratos administrativos desta Pasta.” (Grifos no original e acrescidos).

Mesmo com análise circunscrita à SEEC/DF, de se notar a **materialidade envolvida**, consoante os valores indicados nas planilhas com as apurações relativas à observância da MPV nº 932/2020 nos **contratos de vigilância patrimonial, brigadista civil e limpeza e conservação patrimonial da Pasta**:

VIGILÂNCIA PATRIMONIAL²⁷

Contratos	Contratada	Abril -/2020	Maio-/2020	Junho-/2020
24/2017	BRASFORT - Empresa de Segurança Ltda.	R\$ 29.114,86	R\$ 29.114,86	R\$ 29.114,86
25/2017	BRASFORT - Empresa de Segurança Ltda.	R\$ 26.163,92	R\$ 26.137,78	R\$ 26.085,50
26/2017	BRASFORT - Empresa de Segurança Ltda.	R\$ 34.705,96	R\$ 34.705,96	R\$ 34.705,96
27/2017	BRASFORT - Empresa de Segurança Ltda.	R\$ 29.277,78	R\$ 29.277,78	R\$ 29.277,78
28/2017	MULTSERV Segurança e Vigilância Patrimonial Ltda.	R\$ 31.793,40	R\$ 31.846,84	R\$ 31.846,84
29/2017	BRASFORT - Empresa de Segurança Ltda.	R\$ 26.776,84	R\$ 26.798,32	R\$ 26.798,32
31/2017	CONFEDERAL Vigilância e Transporte de Valores	R\$ 30.446,70	R\$ 30.422,10	R\$ 30.422,10
Total		R\$ 120.431,44	R\$ 149.658,48	R\$ 144.267,62

BRIGADISTA CIVIL²⁸

Contratos	Contratada	Abril -/2020	Maio-/2020	Junho-/2020
-----------	------------	--------------	------------	-------------

²⁷ e-DOC 1AE32E68

²⁸ e-DOC A75E6150



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

14/2017	BRASFORT - Administração e Serviços Ltda.	R\$ 4.810,30	R\$ 4.832,18	R\$ 4.810,30
20/2017	5 ESTRELAS Sistema de Segurança Ltda.	R\$ 5.849,11	R\$ 5.849,11	R\$ 5.854,54
Total		R\$ 10.659,41	R\$ 10.681,29	R\$ 10.664,84

LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL²⁹

Contratos	Contratada	Abril -/2020	Maior-/2020	Junho-/2020
40241/2019	Global Serviços e Comércio Ltda.	R\$ 2.604,36	R\$ 2.604,36	R\$ 2.731,95
40234/2019	Interativa, Dedetização, Higienização e Conservação Ltda.	R\$ 4.025,51	R\$ 4.000,04	R\$ 4.229,27
40236/2019	Real JG Serviços Gerais EIRELI	R\$ 4.794,38	R\$ 4.544,82	R\$ 4.830,58
40240/2019	Soluções Serviços Terceirizados EIRELI	R\$ 4.795,64	R\$ 5.120,54	R\$ 4.741,76
40237/2019	Real JG Serviços Gerais EIRELI	R\$ 3.182,23	R\$ 1.949,00	R\$ 3.217,62
40238/2019	Real JG Serviços Gerais EIRELI	R\$ 6.012,47	R\$ 6.270,51	R\$ 6.270,51
40239/2019	Real JG Serviços Gerais EIRELI	R\$ 3.761,06	R\$ 3.751,84	R\$ 3.860,80
40.235/2019	Interativa, Dedetização, Higienização e Conservação Ltda.	R\$ 217,92	R\$ 217,92	R\$ 11.623,38
40242/2019	Global Serviços e Comércio Ltda.	-	R\$ 202,40	R\$ 202,40
40243/2019	Global Serviços e Comércio Ltda.	R\$ 5.883,03	R\$ 6.209,85	R\$ 6.700,17
40233/2019	Interativa, Dedetização, Higienização e Conservação Ltda.	R\$ 2.206,19	R\$ 2.206,19	R\$ 2.206,19
Total		R\$ 37.482,79	R\$ 37.077,47	R\$ 50.614,63

Estendida a análise para outras jurisdicionadas, **indiscutivelmente**, haverá incremento no valor a ser restituído aos cofres públicos distritais em virtude de eventual inação das unidades envolvidas, **de sorte que eventual procedimento de controle deflagrado pelo TCDF em razão desta Representação não deve se ater aos casos indicados pelo Parquet de Contas**, devendo abranger todos os contratos em vigor no DF durante a vigência da MPV.

De fato, conforme salientou a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, os procedimentos para recuperação dos valores eventualmente pagos em desconformidade com a Medida Provisória nº 932/2020 são complexos e, conseqüentemente, demandam esforços consideráveis dos Órgãos envolvidos, mormente em face do **quantitativo de ajustes**

²⁹ e-DOC E40823FA



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL QUARTA PROCURADORIA

potencialmente afetados pelo ato legislativo. Essa complexidade reforça a necessidade de atuação dos órgãos de Controle distritais, tanto do TCDF quanto da CGDF.

Depreende-se dos arrazoados encaminhados ao **Parquet** de Contas que Unidades signatárias de contratos envolvendo mão de obra dedicada empreenderam esforços para identificação das avenças que deveriam sofrer abatimentos resultantes da MP nº 932/2020. Ainda nesse particular, mister salientar que as orientações encaminhadas às Secretarias de Estado e às Administrações Regionais mediante a Circular nº 76/2020 – SEEC/GAB se mostram consentâneas com as preocupações que motivaram a atuação deste Órgão Ministerial na espécie.

Sem embargo, impende reconhecer que, posteriormente aos questionamentos encaminhados pelo MPC/DF, ainda restam dúvidas quanto à efetiva implementação das medidas legais pertinentes. Apesar da realização de apurações, ao que parece, alguns Órgãos do Distrito Federal se quedaram inertes quanto à efetivação das glosas, como é o caso da SEE/DF. Tampouco há notícia de medidas concretas para reaver os valores indevidamente pagos às contratadas **in casu**.

Ora, passado um ano da edição da Medida Provisória, remanescem indícios de que os órgãos do Distrito Federal ainda não conseguiram proceder aos abatimentos devidos, sendo certo que o transcurso do tempo não favorece eventual recuperação de valores indevidamente pagos, até mesmo por impossibilitar glosa em faturas vincendas dos prestadores de serviços.

Apesar da **possível repercussão sobre toda a Administração Distrital**, no que concerne ao exercício de 2020, o tema ainda não foi discutido pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Sendo assim, entende o **Parquet** especial que a questão relacionada às ações adotadas pelo Distrito Federal para apuração dos valores efetivamente devidos às prestadoras de serviço no **período de vigência da Medida Provisória nº 932/2020**, de modo a evitar locupletamento sem causa das contratadas e consequente prejuízo ao Erário Distrital, demanda avaliação no âmbito do TCDF, inclusive em sede de contas anuais, máxime em razão da ausência de elementos denotando a efetivação das glosas ou de medidas de ressarcimento resultantes da MPV.

Afora a correção de eventuais falhas pontuais verificadas, ao debruçar seu exame sobre a matéria, o TCDF, além atuar na defesa do patrimônio público distrital, poderá, assumindo posição de vanguarda que lhe é peculiar, lançar importantes balizadas para orientação dos órgãos e entidades da Administração Pública local, como é o caso da SEE/DF, que externou incertezas quanto ao cálculo da redução de alíquotas a ser aplicada nos contratos vigentes.

A reforçar a necessidade apontada, registro que alguns órgãos sequer identificaram a necessidade de ajustes nos pagamentos ou contratos, como é o caso da DPDF.

II – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

Como dito em linhas volvidas, o Presidente da República, no uso das atribuições a ele conferidas pelo art. 62 da Constituição Federal, adotou, em **31/3/2020**, a Medida Provisória nº 932, com vistas a reduzir, até **30/6/2020**, as **alíquotas** das contribuições devidas aos serviços sociais autônomos.

In casu, conforme relação apresentada no **art. 1º do mencionado normativo**, **sofreram decréscimo** as contribuições devidas ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – **Sescoop** (inciso I); Serviço Social da Indústria – **Sesi**, Serviço Social do Comércio – **Sesc** e Serviço Social do Transporte – **Sest** (inciso II); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – **Senac**, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – **Senai** e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – **Senat** (inciso III); e Serviço de Aprendizagem Rural – **Senar** (inciso IV).

Não há laivo de dúvida, portanto, quanto à **potencial repercussão do normativo na composição das planilhas de custos e formação de preços atinentes aos contratos de prestação de serviços de natureza continuada** firmados entre particulares e o Distrito Federal, com a consequente **redução dos encargos das pessoas jurídicas contratadas**, em face da inserção das contribuições devidas aos serviços sociais autônomos na precificação dos ajustes. As manifestações dos órgãos distritais listadas anteriormente, com recomendações para abatimento nos valores a serem pagos aos credores, e as planilhas de custos apresentadas nesta peça corroboram tal percepção.

Em tempo, registro que este **Parquet** de Contas não desconhece o fato de que o ato legislativo emanado do Executivo Federal foi questionado judicialmente. Contudo, após suspensão dos efeitos da MPV pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Mandado de Segurança nº 1011876-66.2020.4.01.0000), o Presidente do Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a Suspensão de Segurança nº 5.381, **deferiu** o pedido formulado pela União e, desse modo, **reestabeleceu os efeitos da Medida Provisória**, consoante Decisão Monocrática de 18/5/2020³⁰.

Posteriormente, em face do escoamento do prazo de vigência da MPV, o Ministro Dias Toffoli **julgou extinto o processo**, nos termos do art. 485, IV, do CPC, em conformidade com Decisão Monocrática exarada em 2/7/2020³¹, com trânsito em julgado em 17/9/2020, nos termos de certidão juntada aos autos da contracautela em destaque.

Seguindo o curso do processo legislativo, a Medida Provisória em comento gerou a Lei nº 14.025/2020, resultado do Projeto de Lei de Conversão nº 17/2020 (MP nº 932/2020).

³⁰ DJE nº 124, divulgado em 19/5/2020.

³¹ DJE nº 170, divulgado em 6/7/2020.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

Todavia, o Presidente da República, em conformidade com a Mensagem nº 395/2020, de 14/7/2020³², houve por bem **vetar** o dispositivo atinente à redução de alíquotas de contribuições aos serviços sociais autônomos. As razões do veto foram assim engendradas:

“A propositura legislativa incide em majoração da alíquota no mês de junho, diferentemente do que fora estabelecido no texto original da Medida Provisória e com efeitos retroativos, o que viola o princípio da irretroatividade tributária, a teor da alínea ‘a’, inciso III, do art. 150, bem como incorre em ofensa a garantia constitucional do ato jurídico perfeito previsto no inciso XXXVI, do art. 5º, ambos da Constituição da República (v. g. ADI 1.931, Rel. min. Marco Aurélio, j. 7-2-2018).”

O veto presidencial foi apreciado em Sessão Conjunta do Congresso Nacional realizada em 4/11/2020, sendo mantido pelo Poder Legislativo, de acordo com o consignado no Ofício nº 368 (CN)³³.

Apesar disso, posto que o Congresso Nacional **não editou Decreto Legislativo** tratando dos efeitos do dispositivo não convertido em lei, **tem-se que as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante a vigência da MPV nº 932/2020, ou seja, entre 31/3/2020 e 30/6/2020, permaneceram por ela regidas, conforme dicção do art. 62, §§ 3º e 11º, da Constituição Federal.**

Nesse particular, trago as lições da doutrina:

“O § 3º do art. 62 da Constituição Federal prevê que as relações jurídicas formadas durante o período em que a medida provisória esteve em vigor deverão ser disciplinadas pelo Congresso Nacional, por meio de decreto legislativo.

Atento às desastrosas consequências que a perda de vigência da medida provisória pode acarretar no âmbito das relações, o constituinte prevê que o Congresso Nacional regulará essas relações.

Esse preceito já existia antes da Emenda Constitucional nº 32/2001, mas raramente se concretizada. A Emenda, então, dispôs, no § 11 do art. 62 da Constituição, que, se a regulação das relações advindas da medida provisória não convertida em lei não se consumar em até sessenta dias da rejeição ou caducidade, essas relações hão de se conservar regidas pela medida provisória.

Criou-se, desse modo, uma hipótese de ultra-atividade da medida provisória não convertida em lei, mas apenas para a disciplina das relações formadas com base na mesma medida provisória e durante a sua vigência.”³⁴

³² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Msg/VEP/VEP-395.htm. Acesso em: 18/5/2021.

³³ Tramitação disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2242400>. Acesso em: 25/3/2021.

³⁴ MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 10ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 926.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

Ademais, cumpre salientar que, em razão do **tempus regit actum**, a legislação tributária deve ser aplicada **no momento da ocorrência do fato gerador**, independentemente de modificação ou revogação, conforme se depreende dos arts. 105 e 144 do CTN.

Dessarte, não resta dúvida de que a MPV, no período em que vigorou, deveria repercutir nos contratos e nos pagamentos realizados pelo Poder Público Distrital. Contudo, conforme se depreende das informações e documentos indicados anteriormente, **a morosidade do Poder Público local, ao que tudo indica, fez com que a norma não fosse aplicada tempestivamente, em desacordo com o princípio da legalidade estrita e em prejuízo aos cofres distritais.**

Esses fatos, na visão Ministerial, atraem a competência da Corte de Contas local, consoante o disposto no art. 1º, X e XIV, e § 3º da LC distrital nº 1/1994, **in verbis**:

“Art. 1º Ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, órgão de controle externo, nos termos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Distrito Federal e na forma estabelecida nesta Lei, compete:

(...)

X - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, verificada a ilegalidade;

(...)

XIV - apreciar e apurar denúncias sobre irregularidades e ilegalidades dos atos sujeitos a seu controle;

(...)

§ 3º O Tribunal de Contas agirá de ofício ou mediante iniciativa da Câmara Legislativa, do Ministério Público ou das autoridades financeiras e orçamentárias do Distrito Federal ou dos demais órgãos auxiliares, sempre que houver indício de irregularidade em qualquer despesa, inclusive naquela decorrente de contrato.”

III – DO PEDIDO

Ante todo o exposto e considerando que esta Corte de Contas é competente para apreciar a questão em comento, uma vez que a ela compete apurar denúncias sobre irregularidade e ilegalidade de atos praticados pela Administração Pública, bem como zelar pela correta aplicação da Lei e dos recursos públicos, o Ministério Público de Contas requer ao Plenário que:

I – conheça da presente Representação;

II – com fulcro no art. 230, § 7º, do RI/TCDF, conceda prazo à Câmara Legislativa do Distrito Federal, à Defensoria Pública do Distrito Federal, à Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal e à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal para, querendo, apresentarem os esclarecimentos que entenderem pertinentes quanto aos **fatos narrados**;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

III – encaminhe os autos ao Corpo Técnico para instrução, a fim de apurar a salientadas nesta Peça, autorizando, desde já, a realização de inspeção para a devida apuração dos fatos narrados nesta Representação, caso se faça necessário.

Brasília, 25 de maio de 2021.

Marcos Felipe Pinheiro Lima
Procurador-Geral



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
Defensoria Pública-Geral
Assessoria Jurídica

Despacho - DPDF/DPG/ASSEJUR

Brasília-DF, 09 de agosto de 2021.

Para SUAG,

Ciente.

Processo em diligência.

Em razão de representação formulada junto ao e. Tribunal de Contas do Distrito Federal (documento SEI n.º 67521421), solicito que seja notificada a empresa contratada para que informe a forma de composição dos valores de UST, de modo a ser possível calcular a redução do encargo previdenciário decorrente da Medida Provisória nº 932/2020.

Se necessário, seja designada reunião presencial ou remota com a empresa interessada.

Por ocasião da notificação da empresa interessada, forneça-se cópia do documento SEI n.º 67521421.

Solicito cumprimento no prazo de 10 dias, por conta da necessidade de prestar informações ao e. TCDF no interregno legal.

Vista ao DCI/DPDF para fins de acompanhamento.

Atenciosamente,

VALTER GONDIM PEREIRA.
ASSESSOR JURÍDICO DA DPDF.
DEFENSOR PÚBLICO.



Documento assinado eletronicamente por **VALTER GONDIM PEREIRA - Matr.00600-00007184**,
Assessor(a) Jurídico(a), em 09/08/2021, às 16:29, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16
de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17
de setembro de 2015.

e-DOC
Proc 00600-00005060/2021-83-e



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **67521566** código CRC= **5B222CE3**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SIA Trecho 17, Rua 7, Lote 45, 3º Andar, Sala 310 - Bairro Zona Industrial Guará - CEP 71200-219 - DF

2196-4340

00600-00007184/2021-01

Doc. SEI/GDF 67521566



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Administração Geral

Despacho - DPDF/SUAG

Brasília-DF, 09 de agosto de 2021.

À DIORF, GECON e COOTIC,

Trata-se de representação formulada junto ao e. Tribunal de Contas do Distrito Federal (67521421), acerca das alterações promovidas pela Medida Provisória nº 932/20, que reduziu, excepcionalmente, as alíquotas de contribuição aos serviços sociais autônomos, no período de 01.04.2020 a 30.06.2020.

Assim, encaminho os autos para ciência e providências decorrentes do Despacho da Assessoria Jurídica (67521566), a fim de subsidiar o encaminhamento de resposta dentro do prazo estipulado.

Remeta-se ao DCI para acompanhamento.

Atenciosamente,

FEBO CÂMARA GONÇALVES

Subsecretário de Administração Geral



Documento assinado eletronicamente por **FEBO CAMARA GONÇALVES Matr. 0240884-8, Subsecretário(a) de Administração Geral**, em 09/08/2021, às 17:55, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **67530216** código CRC= **7FCCA224**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SIA Trecho 17, Rua 7, Lote 45, 1º Andar, Sala 105 - Bairro Zona Industrial Guará - CEP 71200-219 - DF

2196-4587



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Administração Geral

Despacho - DPDF/SUAG

Brasília-DF, 18 de agosto de 2021.

À ASSEJUR,

Informo que foi instruído o processo nº 00401-00014925/2021-67 a este relacionado, para atendimento ao consignado no Despacho - DPDF/DPG/ASSEJUR (67521566).

Cordialmente,

FEBO CÂMARA GONÇALVES

Subsecretário de Administração Geral



Documento assinado eletronicamente por **FEBO CAMARA GONÇALVES Matr. 0240884-8, Subsecretário(a) de Administração Geral**, em 18/08/2021, às 17:42, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **68190586** código CRC= **40BF240A**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SIA Trecho 17, Rua 7, Lote 45, 1º Andar, Sala 105 - Bairro Zona Industrial Guará - CEP 71200-219 - DF

2196-4587

00600-00007184/2021-01

Doc. SEI/GDF 68190586



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Departamento de Controle Interno

Memorando Nº 68/2021 - DPDF/DCI

Brasília-DF, 25 de agosto de 2021.

PARA: Exma. Defensora Pública-Geral.

Ao cumprimentá-la, a e. Corte Distrital de Contas prolatou a Decisão nº 2.832/2021 (67418719), como segue, *in verbis*:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – conhecer da Representação nº 10/2021-G4P/ML, da lavra do Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA (e-doc 9AC0CB66-e e anexos constantes do e-doc 9F908C78-e), em razão do preenchimento dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 230, § 2º, do Regimento Interno do TCDF; II – dar ciência desta decisão ao representante do Parquet especializado, signatário da exordial; III – conceder à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, à Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF, à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF e à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC/DF o prazo de 30 (trinta) dias para que, nos termos do art. 230, § 7º, do Regimento Interno desta Corte, apresentem os esclarecimentos pertinentes quanto ao teor da representação; IV – autorizar: a) o encaminhamento de cópia da Representação nº 10/2021- G4P/ML (e-docs 9AC0CB66-e e 9F908C78-e), da Informação nº 61/2021- Digem1 (e-doc 94FE353F-e), do relatório/voto do Relator e desta decisão às jurisdicionadas indicadas no inciso III, com vistas a subsidiar o atendimento da diligência; b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade, para os devidos fins.

As informações requeridas se encontram em elaboração, razão pela qual encaminho a sugestão de solicitação de prorrogação de prazo abaixo declinada, tendo em vista o Ofício nº 6405/2021-GP (67212695) ter sido recebido pela Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF, em 4 de agosto de 2021.

Respeitosamente,

Lúcio Carlos de Pinho Filho
Diretor do Departamento de Controle Interno

MINUTA DE OFÍCIO

A Sua Excelência o Senhor

Conselheiro Paulo Tadeu

Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal

Tribunal de Contas do Distrito Federal

Palácio Costa e Silva, Praça do Buriti

70075-901. Brasília/DF

Excelentíssimo Presidente,

Ao cumprimentá-lo e, tendo em vista a Decisão nº 2.832/2021 (67418719), lavrada pelo e. Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, no âmbito do Processo nº 00600-00005060/2021-83-e, solicito a V. Exa. a prorrogação por mais 45 (quarenta e cinco) dias para o encaminhamento das informações, tendo em vista que o corpo técnico da Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF está procedendo o levantamento das informações requeridas pela e. Corte Distrital de Contas.

Na oportunidade, agradeço a V. Exa. a atenção dispensada para com a DPDF.

Cordialmente,

Maria José Silva Souza de Nápolis

Defensora Pública-Geral



Documento assinado eletronicamente por **LÚCIO CARLOS DE PINHO FILHO - Matr.0242351-0, Diretor(a) do Departamento de Controle Interno**, em 25/08/2021, às 16:24, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=68609294 código CRC= **4C1BEB39**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SIA Trecho 17, Rua 7, Lote 45, 2º Andar, Sala 219 - Bairro Zona Industrial Guará - CEP 71200-219 - DF

2196-4309